

OLIMPÍADA NACIONAL EM HISTÓRIA DO BRASIL – UMA AVENTURA INTELECTUAL?

Cristina Meneguello¹

RESUMO

O objetivo destas breves reflexões reside em descrever e refletir sobre o programa Olimpíada Nacional em História do Brasil, concebido em 2008 e desenvolvido ao longo de duas realizações concretas (as Olimpíadas Nacionais de 2009 e 2010), dentro do âmbito das Olimpíadas Científicas do CNPq/ Ministério da Ciência e da Tecnologia. Concebida como um concurso em equipe, e em sua maior parte ocorrendo a distância, a Olimpíada Nacional em História do Brasil nos remete a alguns temas fundamentais (e difíceis) sobre o conhecimento que produzimos como historiadores e professores, sua percepção em sala de aula e o potencial em explorar as metodologias do campo do historiador com estudantes dos últimos anos do ensino fundamental e do ensino médio. Obriga-nos também a pensar nas possibilidades de mecanismos de avaliação pertinentes ao conhecimento ao mesmo tempo aberto e rigoroso ao qual nos dedicamos – a história - e a nos questionar sobre as especificidades regionais do conhecimento histórico entendido muitas vezes como de validade nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Olimpíadas de História – Ensino de História – Ambientes Virtuais de Aprendizagem

ABSTRACT



The purpose of these brief reflections is to describe and reflect on the National Olympics program in the history of Brazil, designed in 2008 and developed over two concrete achievements (the National Olympics in 2009 and 2010), within the framework of the Olympic Scientific CNPq / Ministry of Science and Technology. Designed as a competition team, and mostly occurring in the distance, the National Olympics in Brazil's history reminds us of some fundamental issues (and difficult) in the knowledge that we produce as historians and teachers, their perception in the classroom and potential to explore the methodologies of the historian of the field with students in their final year of elementary school and high school.

KEY WORDS: Olympics of History, History Teaching, Virtual Learning environments

¹ Docente do Dpto. de História da Unicamp. Diretora Associada do Museu Exploratório de Ciências/ Unicamp.

As Olimpíadas como Programas Científicos – um panorama

As Olimpíadas chamadas científicas começaram a se popularizar em países europeus ao final do século XIX, parte evidente das iniciativas associadas à expansão do ensino e aos esforços de valorização do estudo como culminando projetos nacionais de erradicação do analfabetismo e de formação de uma mão-de-obra mais capacitada. Ao longo do século XX, especialmente nas ciências ditas exatas, estes programas altamente competitivos evoluíram para competições em nível internacional, como na paradigmática Olimpíada Internacional de Matemática, cuja primeira edição ocorreu em 1959 na Romênia e que prossegue como um programa regular. Este tipo de competição tornou-se corriqueira também nos países asiáticos e americanos, especialmente em âmbito nacional.

Também no Brasil são relativamente tradicionais as Olimpíadas nos campos das ciências da vida, exatas e tecnológicas como as já conhecidas Olimpíada Brasileira de Matemática, de Química, de Física, entre outras, sempre associadas às ciências exatas e naturais. Já o campo das ciências humanas, ainda que fundamental para a formação intelectual e cognitiva e para a cultura científica entendida de forma mais ampla e global, é ainda tema pouco privilegiado e as iniciativas em termos de acesso, divulgação e inclusão são poucas ou pouco conhecidas. A divulgação científica ainda se estende pouco para estes campos de competência – a história, a literatura, as ciências humanas em geral – campos esses que ficam muitas vezes relegados a “curiosidades menores” que adornam publicações científicas de cunho geral. Do mesmo modo, uma vaga “curiosidade histórica” alimenta um mercado editorial atento mas não necessariamente criterioso, de forma que o interesse pela história oscila entre um misto de erudição (mas sem muito peso) e de curiosidades desalinhas, aos moldes de antigos almanaques ao estilo do “Eu sei Tudo”.

A Olimpíada Nacional em História do Brasil não é concebida como panacéia para este panorama, mas contrapõe-se a ele no momento em que traz para o âmbito das ciências humanas uma atividade que pode estimular o conhecimento e o estudo e envolver os participantes em atividades de desafio construtivo. Além disso, ao acompanhar por meio de questionário sócio-econômico o perfil social e educacional de seus participantes, está capacitada a construir um mapa do conhecimento histórico no país. Ante a possibilidade de apontar que o conhecimento como o que produzimos não pode ser avaliado de forma tradicional e assim recusar a implementar um *outreach programme* e a possibilidade de procurar desenvolver uma metodologia de avaliação específica para um grande número de participantes e ao mesmo tempo respeitando as especificidades e o rigor de nossa disciplina, optou-se pelo segundo e trabalhoso caminho.

A proposta da Olimpíada foi apresentada à diretoria nacional da Anpuh sob a gestão do saudoso professor Manoel Salgado e, uma vez ali aprovada, foi encaminhada ao Edital de Olimpíadas Científicas do CNPq, ainda em fins de 2008, no qual foi contemplada. Naquele momento, a equipe elaboradora da Olimpíada contava com, além da equipe de docentes do Museu Exploratório de Ciências, os historiadores Iara Lis Schiavinatto, José Alves Freitas Neto e Eliane Moura da Silva.

Posteriormente, essa equipe foi acrescida de um grupo de mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas. Foram considerados os bons resultados de iniciativas semelhantes. A Faculdade de Humanidades e Ciências (FHUC) da Universidade Nacional del Litoral (UNL), Argentina, organizou, novamente, em 2010, sua “Olimpíada de Historia de la República Argentina”. Por sua vez, a Academia Mexicana de Ciências organiza há 16 anos a Olimpíada de História Nacional. Seus ganhadores recebem uma bolsa da Secretaria Superior de Educação Pública com a qual realizam a totalidade de seus estudos em nível universitário.

A percepção, por parte da Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH), de que o programa era de interesse foi fundamental, não apenas para a legitimidade do Programa, como para seu futuro desenvolvimento, independentemente da equipe que venha a coordená-lo. De fato, ocorre o mesmo em termos das outras associações profissionais em relação a suas Olimpíadas: a Olimpíada Brasileira de Matemática é organizada pela Sociedade Brasileira de Matemática desde 1979, e a ela juntou-se, em 2004, a Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas; a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA), por sua vez, é organizada pela Sociedade Astronômica Brasileira (SAB) em conjunto com a Agência Espacial Brasileira; a Sociedade Brasileira de Física organiza, desde 1999, em colaboração com os vários Institutos e Departamentos de Física de Universidades Estaduais, Federais e CEFETs, sua competição nacional (OBF) para estudantes do ensino médio e alunos do último ano do fundamental¹; e a Fundação Oswaldo Cruz, em parceria com a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), organiza, há 5 anos, a Olimpíada de Saúde e Meio Ambiente.

Um outro exemplo relevante é a Olimpíada de Língua Portuguesa “Escrevendo o Futuro” que objetiva aprimorar a escrita e a produção de textos dos alunos, e é organizada em parceria público-privada pelo Ministério da Educação, Fundação Itaú Social e Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC). A Olimpíada de Química, por outro lado, divide-se em uma Olimpíada Nacional e as Olimpíadas Regionais

(Programa Nacional Olimpíadas de Química). No caso de Química e Matemática, há o credenciamento de seus vencedores nacionais para participarem das Olimpíadas equivalente internacionais. Em 1998, por exemplo, o Brasil participou pela primeira vez da Olimpíada Internacional de Astronomia (IAO) na Rússia.

Como se vê, enquanto alguns Programas parecem plenamente estabelecidos (a Olimpíada de Matemática para Escolas Públicas de 2009 teve 19 milhões de participantes inscritos), outros programas ainda não se estabeleceram regularmente: vide o exemplo da “Viagem do conhecimento”, olimpíada de Geografia idealizada pela revista National Geographic Brasil e descontinuada após sua primeira edição ou da Olimpíada Nacional de Oceanografia, sob os cuidados da Associação Brasileira de Oceanografia (AOCEANO), do Fórum de Coordenadores de Cursos de Graduação em Oceanografia do Brasil e da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), cuja segunda e última edição ocorreu em 2008.

Por outro lado, outros programas recentes vão ganhando espaço junto aos professores, estudantes e ao planejamento das escolas, que os incluem dentro de seus calendários de eventos. Em 2010, anunciou-se a Primeira Olimpíada Brasileira de Informática (OBI), sob a responsabilidade da Sociedade Brasileira de Computação (SBC). Também foi anunciada a continuidade da Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR), igualmente apoiada pelo CNPq. Esta tecnologia emergente lida de forma transversal com diversos conteúdos escolares, tais como ciências, física e matemática. Por fim, também em 2010, a Olimpíada Brasileira de Biologia, sob a responsabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela primeira vez, credenciou uma equipe brasileira de estudantes do ensino médio a participar da Olimpíada Internacional de Biologia (IBO), na cidade de Beijing (Pequim), China (em sua 16ª edição).

Neste panorama, qual o relevo de uma Olimpíada Nacional em História do Brasil?

A experiência, concreta e inédita, da organização e execução da Primeira Olimpíada Nacional em História do Brasil foi lançada via internet por meio do Museu Exploratório de Ciências da Unicamp, como uma Olimpíada de Ciência em Âmbito Nacional, apoiada pelo CNPq e patrocinada pela Revista de História da Biblioteca Nacional, Azul Linhas Aéreas e Infraero. Ela envolveu alunos e professores em atividades que incluem leitura e interpretação de documentos, imagens e textos. A edição de 2009 teve, em seu início, 16.000 participantes; a edição de 2010, 43 mil.

Para a implantação do problema foram desenvolvidos uma plataforma e um sistema interativos que, além de proporcionar a inclusão digital, possibilitaram atividades como a utilização de um acervo digitalizado de documentos históricos, o que leva os participantes a terem contato direto com o arcabouço metodológico do historiador. Atividades como a leitura e interpretação de documentos, análise de materiais iconográficos (mapas, gravuras, mídia em geral) e a interpretação de documentos controversos sobre o mesmo evento histórico foram algumas das atividades propostas às equipes. Todo o material está disponível *on line*, no site do Museu Exploratório de Ciências (www.mc.unicamp.br) e o acesso às perguntas dos concursos passados é constante, seja para estudos, seja para utilização de imagens e textos por parte dos docentes, dentro da área que chamamos de “repositório de documentos”.

Nesse processo, destaca-se o exercício das metodologias científicas específicas de um historiador, o que leva a um novo patamar de conhecimento de temas históricos e historiográficos e incide sobre o ensino e a divulgação da história do Brasil, ao mesmo tempo em que alerta para os padrões hierárquicos que associam a história nacional aos grandes ciclos econômicos e levam à invisibilidade histórica de regiões nacionais no discurso histórico geral. Ao levantar tais questões, os participantes da Olimpíada, principalmente os estudantes, passam a ter contato com o produzir da história, o fazer historiográfico, levando a esses alunos um pouco da produção histórica científica encontrada nas instituições de ensino superior do Brasil, e com o qual muito dificilmente teriam contato.

Olimpíada Nacional em História do Brasil – metodologia proposta

A implementação da Olimpíada baseou-se em alguns princípios metodológicos claros. Por acreditarmos que todas as áreas de conhecimento científico podem se envolver em atividades de inclusão e desafio construtivo, a proposta de uma Olimpíada Nacional em História do Brasil incide sobre o estudo da história nacional, um dos conhecimentos mais importantes para a nossa formação, tanto científica, como de integração e constituição de cidadania. Já mencionamos outros países que praticam Olimpíadas de História Nacional (México e Argentina), cuja metodologia das provas segue a forma tradicional de um dia de provas. A iniciativa brasileira, ao contrário, estendendo-se no tempo, e é inédita na área de História e na de Ciências Humanas de forma geral. Para o conteúdo das provas, foram seguidos os parâmetros curriculares do MEC relativos ao ensino fundamental e médio e à aquisição de competências cognitivas e sócio-afetivas do ensino de história. Como se sabe, dentre essas competências podem-se enumerar, segundo as DCEM:

- a autonomia intelectual e a construção do pensamento crítico;
- as capacidades de aprender e de continuar aprendendo, construindo significados sobre a realidade social e política;
- a compreensão do processo de transformação da sociedade e da cultura e o domínio dos princípios e fundamentos científico-tecnológicos para a produção de bens, serviços e conhecimentos, relacionados à disciplina histórica.

Dentre esses princípios, citamos a temporalidade e a espacialidade; análise e interpretação de documento textual; análise e interpretação de documento iconográfico/cartográfico; temas como formação do território nacional, formação da nação, cultura política, movimentos sociais, movimentos migratórios e imigratórios, arte cultura e literatura. O conteúdo visa, assim, a caracterização do processo histórico brasileiro, introduzindo também questões historiográficas e interpretativas dentro dos materiais utilizados para trabalho em sala de aula, o que leva a questionamento dos modos obsoletos de ensino de história, que associam a história nacional aos grandes ciclos econômicos (por exemplo: a região Nordeste para o século XVI, as Minas Gerais para o XVIII, o eixo Rio-São Paulo a partir do século XIX), o que leva à invisibilidade histórica de regiões nacionais no discurso histórico geral.

Além disso, as atividades incluem a utilização de textos, banco de dados, imagens, mapas, documentos históricos, permitindo aos participantes ter contato direto com o arcabouço metodológico do trabalho do historiador. Ler e interpretar um documento, avaliar as diferentes versões possíveis de um mesmo acontecimento, analisar os detalhes de uma gravura ou mapa, são atividades que exploram as possibilidades do uso de uma plataforma virtual e que tem sido muito bem recebidas pelos participantes. A título de exemplo, aponto para a atividade proposta da Fase 3 da Olimpíada Nacional de 2010, que auxiliava os estudantes a “lerem” e “observarem” as imagens a eles apresentadasⁱⁱ.

Outro ponto metodológico importante refere-se ao desenvolvimento das Provas. A Olimpíada Nacional desenvolve-se em cinco fases *on line* e uma fase final, apenas esta realizada no campus da Unicamp em Campinas-SP. As equipes são compostas por equipes por até três estudantes (que podem ser de diferentes séries) e seu professor de história. As fases *on line* são acessadas e realizadas através da página da Olimpíada mediante fornecimento pelos participantes do *login* e senha da Equipe, que são enviados à Equipe ao efetuar a inscrição. Nessas fases, com a exata duração de seis dias cada, os estudantes analisaram documentos históricos fornecidos e responderam a questões de múltipla

escolha. Também estavam disponíveis outros textos e sugestões de leitura que podiam auxiliar na resolução das questões. Além dessas, realizaram “tarefas de envio” que incluíram pesquisas sobre a própria escola, a cidade onde vivem e a produção de textos dissertativos. Dessa forma, estimulamos a utilização da internet e nos alinhamos aos esforços da educação nacional pela inclusão digital, tendo conseguido, virtualmente, agregar milhões de participantes, da rede pública e da rede privada, em uma atividade sem precedentes. As equipes com maior pontuação prosseguiram para as fases seguintes, sendo, assim, sucessivamente, até a Fase Final Presencial.

Na última fase da Olimpíada, uma prova dissertativa presencial foi realizada pelos estudantes sem o auxílio do professor orientador. Participaram dessa fase os classificados que já haviam vencido as etapas anteriores, tendo em vista a premiação final com medalhas (ouro, prata, bronze) e as menções honrosas. A fase presencial foi também concebida como um momento de intercâmbio entre estudantes e professores, com atividades lúdicas e de formação e capacitação.

O trabalho coletivo é um dos princípios da Olimpíada Nacional em História, em todas as suas fases foi realizada em equipe. A equipe é composta por estudantes dos oitavo e nono anos e por estudantes do ensino médio, podendo ser todos da mesma série ou formar equipes mistas (estudantes de séries diversas). A restrição a estes anos de ensino explica-se pela complexidade das atividades propostas durante as Olimpíadas. Observamos na 1ª edição do evento a imensa motivação dos alunos de todas as séries, sendo que para a grande final foram convocadas várias equipes de oitava série que, mesmo ainda sem conhecer todos os conteúdos abordados, buscaram a superação por meio do estudo, desbancando, assim, muitas equipes do ensino médio. O caráter de colaboração e debate é incentivado pela atuação em grupo, assim como o grau de competitividade individual é transmutado em uma competição inclusiva.

O trabalho em equipe e com consulta permite, então, questionar os moldes tradicionalmente competitivos dos eventos do tipo Olimpíada. A velocidade da resposta não é tão importante quanto a capacidade de leitura e reflexão, próprias às ciências humanas. Desde modo, ainda, criam-se hábitos de consulta e de estudo e a aquisição progressiva de conhecimento. Nesse processo, valoriza-se o trabalho do professor, como orientador de sua(s) equipe(s).

O professor de história participante é membro da equipe, atuando como seu tutor. Sua atividade diária fica realçada a partir de uma atividade do tipo Olimpíada, que proporciona outros horários de trabalho e estudo com os estudantes. Durante a fase presencial, as

equipes relataram a comunicação e entrosamento dos alunos com o professor, num relacionamento aprofundado e expandido devido à proposta da Olimpíada. Muitos não se limitavam apenas às aulas já agendadas na escola e iam além, fazendo reuniões, lendo textos e documentos extras, realizando discussões e pesquisas em grupo, sempre com o auxílio do professor orientador.ⁱⁱⁱ

Ainda dentro da metodologia buscada com esse programa, destacamos a Interação entre alunos e dos alunos em suas escolas de origem. Colegas, profissionais de trabalho ou companheiros de estudos dos professores e estudantes participantes envolveram-se direta ou tangencialmente ao trabalho das equipes participantes da Olimpíada. Para as Finais ocorridas em Campinas, muitas escolas patrocinaram a vinda de seus alunos e professores, enquanto outras, com poucos recursos, apoiaram-se em iniciativas como doação de particulares, venda de rifas e cartas-pedido enviadas às prefeituras municipais para obter ajuda nos custos da viagem.

Outros pontos a destacarmos na caracterização da Olimpíada referem-se ao sistema de avaliação especialmente desenvolvido para o Programa, baseado em Pontuação Progressiva. O sistema de avaliação e pontuação da Olimpíada Nacional em História do Brasil utilizou o formato da múltipla escolha, com quatro alternativas (a,b,c,d), porém distribuídas aos moldes de uma prova dissertativa (diferentes níveis de acerto, evitando o ardil das respostas do tipo “sim ou não”). As alternativas contemplavam o erro e diferentes níveis de acerto, que iam da leitura mais imediata (compreensão do enunciado), para uma informação histórica mais contextualizada trazida pela equipe (informações históricas), até a alternativa que permitia, além dos passos anteriores (leitura e informação) uma certa extrapolação, ou a compreensão de conceitos e processos históricos.

O elevado número de questões (56 questões e cinco tarefas), permite também a ampliação do leque dos temas abordados, deixa a margem de erro em torno de 3 pontos e elimina o efeito da casualidade. Questões de múltipla escolha e questões discursivas podem avaliar as mesmas características cognitivas, pela inclusão de um forte componente de leitura, atenção e interpretação para chegar à melhor resposta. Além disso, a capacidade dissertativa – produção e análise de texto – foi avaliada na tarefa da fase 4 e a tarefa da fase 5 lidou com a (geralmente negligenciada) habilidade de avaliação de textos.

Cada uma dessas fases também, assim como todas realizadas, tiveram um peso relativamente maior que a fase anterior, assim como o grau de dificuldade das questões foi sendo ampliado. Dessa forma, as equipes que atingem as fases finais de fato constroem

progressivamente uma reflexão sobre a história nacional, ao mesmo tempo em que não se desestimula as equipes com a eliminação logo nas primeiras fases. De fato, nas Olimpíadas 2009 e 2010, da primeira para a segunda fase, a eliminação foi fixada em apenas 10% dos participantes, o que gerou um efeito bastante positivo de auto-estima e interesse pelas atividades subseqüentes.^{iv}

A singeleza da premiação coaduna-se com estes propósitos aqui expostos: a premiações de alunos, professores e escolas participantes baseiam-se no desempenho das fases *on line* e presencial. As equipes eliminadas nas fases anteriores receberam certificados *on line* atestando a sua participação até o momento em que ela ocorreu. A premiação consistiu em medalhas de ouro, prata e bronze para os estudantes participantes que ficaram entre os 75 primeiros classificados, sendo 15 medalhas de ouro, 25 de prata e 35 de bronze, além de livros didáticos de História doados para comporem o acervo das bibliotecas das escolas das Equipes premiadas. Foi concedida também, como prêmio à escola da Equipe, uma assinatura da Revista de História da Biblioteca Nacional, de duração de um ano, para as 15 Equipes medalhistas de ouro, além de livros doados por editoras para as bibliotecas das Escolas. Os professores orientadores das equipes receberam também medalhas e certificados, além de participarem de uma oficina de trabalho para docentes durante a realização da fase final presencial. No entanto, o apoio do CNPq, Azul Linhas Aéreas e Infraero permitiram a vinda custeada de uma equipe de cada estado da federação, mais uma equipe de cada região do país (norte, sul, centro-oeste, sudeste e sul)

Finalizando nossas observações metodológicas, é necessário referirmo-nos à utilização do ambiente virtual que, muito presente especialmente nas experiências diárias dos jovens, deixa cada vez mais evidente que a facilidade de “contato” e de “navegação” não implica necessariamente em facilidade de acesso à informação ou à capacidade de filtrar e compreender estas informações.

O ambiente virtual traz a questão da inclusão digital e do alcance geográfico. É dada atenção especial à diversidade de condições de acesso à Internet, visto que na primeira edição da Olimpíada cerca de 4% dos participantes (representando 6.396 visitantes) acessaram a página via conexão discada, sem qualquer dificuldade detectada. Na Segunda Olimpíada, o aumento considerável de número de acessos (que ultrapassou os 6 milhões ao longo do programa) obriga a pensar em formas mais leves e ágeis da utilização da linguagem virtual. Os dados obtidos na 1ª Olimpíada Nacional em História do Brasil indicaram que 22,8% dos participantes alunos não possuíam computador ou internet (um dado significativo, mas não tanto quanto a realidade de informação dos domicílios: 98% com

aparelhos de televisão contra apenas 34% das famílias possuíam assinaturas ou comprava regularmente revistas de informação, e os jornais diários só estavam presentes para 23,8% dos alunos).

Ainda sobre o ambiente virtual, destacamos que uma de suas vantagens é a agilidade da circulação da informação. Foi criado um Banco de Dados, de estudos e de consultas na Área de História. Todo o material utilizado (documentos, imagens, textos e artigos acadêmicos na íntegra, sugestões de leituras e de sites), tornado disponível imediatamente ao final de cada fase. O material foi, em ambas as edições da Olimpíada, bastante elogiado pelos professores orientadores de equipes, que podem utilizá-lo em diferentes momentos, para preparar as suas aulas ou mesmo para “refazer” as suas provas e avaliações, dessa vez “sem compromisso”, com outras classes em que leciona e interessados. Este material *on line* acaba por proporcionar um “local de estudo de ‘História do Brasil’ virtual”, e pode vir a ser constantemente aprimorado, agindo no campo da divulgação científica e na circulação de conhecimento por meio da ferramenta da internet.

Considerações finais para futuras Olimpíadas

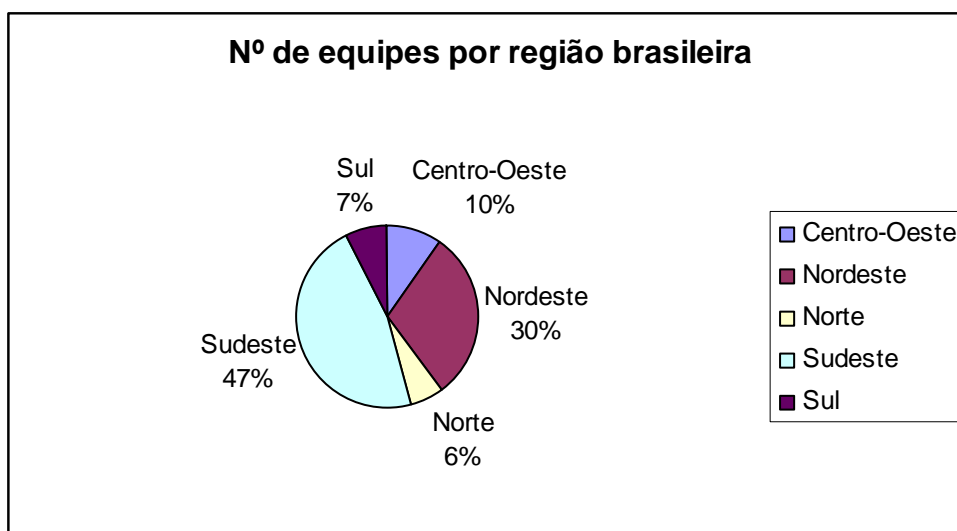
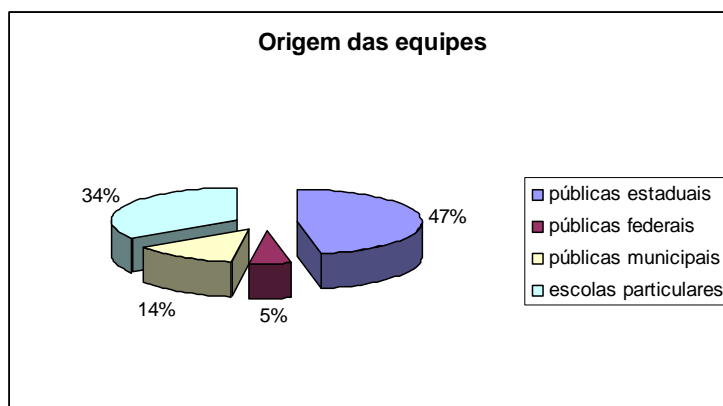
Um Programa dessa magnitude, e com o interesse genuíno que desperta, deve sofrer constante avaliação e reformulações, quando necessárias. A expectativa de continuidade e a frustração com iniciativas semelhantes rapidamente abandonadas servem como pano de fundo às nossas reflexões.

Do mesmo modo, o mapa sócio-econômico gerado auxilia a formular hipóteses sobre o grau de motivação das escolas e os conteúdos programáticos da disciplina de história. Observamos, por exemplo, em ambas as edições, a predominância de escolas públicas, estaduais e federais, entre os inscritos na Olimpíadas.

Os dados da edição recente (2010) indicam que:

Total de equipes na competição	13.268
Total de professores orientadores na competição	3.725
Total de estudantes na competição	39.804
Total de Escolas na competição	4.103
Total geral de participantes na competição	43.529

A Olimpíada recebeu 8.724 inscrições de equipes de escolas públicas. Destas, 6.237 eram oriundas de escolas estaduais, 676 de instituições federais e 1.811 de escolas municipais. As escolas particulares participaram da ONHB com o total de 4.544 equipes, conforme demonstra o gráfico abaixo:



A região sudeste foi a que mais inscreveu equipes na 2ª Olimpíada Nacional em História do Brasil: 6.218. Em segundo lugar, a região Nordeste com 3.961 equipes. As regiões Centro-Oeste, Sul e Norte aparecem, respectivamente, nas terceiras, quarta e quinta posições no ranking de inscrições, com 1.324, 964 e 801 equipes.

O Estado de São Paulo inscreveu o maior número de equipes na competição, 3.789, seguido pelo Ceará (1.285 participantes) e Minas Gerais (1.204 equipes inscritas). Abaixo, o mapa indicando o número de equipes inscritas para cada estado.



Um dado tão fundamental como estes nos dá a clara dimensão do interesse dos professores “capitães de equipe” que criam novas rotinas, que vêm se somar às suas rotinas de trabalho, para orientar o trabalho das equipes de forma eficiente. Os dados sócio-econômicos indicam que o professores orientadores de equipe, em sua maioria, trabalham em duas, três ou mais instituições de ensino. Não raro estes docentes viram-se impossibilitados de acompanhar suas equipes para a Grande Final Presencial em Campinas, devido ao fato de terem classificado a equipe de uma escola onde atuam mas não terem sido “autorizados” pelas demais escolas a se ausentarem. Fatos como este nos levaram a batizar, desde a 1ª edição de 2009, a Olimpíada Nacional em História do Brasil de “aventura intelectual”.

A aventura intelectual, sempre arriscada, nem sempre bem sucedida, implica em revisão de conteúdos e de formas de avaliação por parte da equipe elaboradora da prova, que se defronta com, de um lado, o processo histórico brasileiro dividido em ciclos econômicos e em grandes marcos temporais que, como dissemos, implicam a invisibilidade histórica de regiões no discurso histórico geral. A elaboração da prova vê-se neste dilema, entre contemplar aquilo a que os estudantes podem efetivamente ter tido contato (o que é justo e razoável perguntar), o fato de a prova ser nacional e assim de caráter geral e, ao mesmo tempo, a necessidade de questionar formas sedimentadas de seu ensinar a história do Brasil.

Da parte dos participantes, estudantes ou docentes, o programa implica em uma aprendizagem de “horas de estudo em equipe” sem as quais as respostas tornam-se vagas e ineficientes. O retorno narrado pelos participantes de seu crescente envolvimento, até a Fase Final, nos leva a refletir sobre os discursos derrotistas tão arraigados do tipo “os jovens não se importam com mais nada”.

A aprendizagem da linguagem e das formas de comunicação com os participantes (redes sociais como *orkut*, *facebook*, *twitter* entre outras) reafirma a velocidade e a eficiência do caráter virtual do concurso. A comunidade na rede *Orkut* criada pelo Museu Exploratório para a competição foi rapidamente tomada pelos participantes que propunham, por conta própria, outras formas de interação tais como jogos e atividades de perguntas e respostas, inclusive com temáticas ligadas à história geral e não somente nacional.

O processo todo nos ensina que o campo geral da divulgação científica em ciências humanas, e especificamente em história, deve crescer e diversificar-se, mas movido por interesses ligados genuinamente à educação e ao acesso do grande público à informação. ^v

Para que a “aventura” prossiga, parece legítimo conceber a manutenção ou acréscimo do número de participantes nas próximas edições da Olimpíada, valorizando e divulgando a importância do conhecimento histórico como formador das concepções de ciência e dos princípios da cidadania e da inserção do indivíduo em sua comunidade. Por meio da realização de atividades que reproduzem a construção do conhecimento conforme elaborada pelos historiadores (interpretação de documentos, de imagens, narrativas e interpretações díspares sobre os mesmos acontecimentos, formulação de hipóteses), torna-se possível a apropriação crítica do conhecimento produzido pelos historiadores, a construção possível de interpretações do passado histórico e o questionamento de informações consagradas.

O intercâmbio ativo, seja virtual ou presencial, entre estudantes e professores de história em âmbito nacional, intercâmbio esse proporcionado pelas fases das provas, pelos seus materiais adicionais (*blog* da Olimpíada e outros meios virtuais) ou pela fase presencial, indica formas criativas e pouco estáticas de fomentar a pesquisa e o estudo. Isso fomenta a criação de um acervo de dados para a realização das perguntas e de materiais científicos que ficarão disponíveis para os estudantes e seus professores durante e após a realização das Olimpíadas, estimulando diferentes leituras dos temas da história nacional.

Por fim, apresenta-se o desafio da construção de um banco de dados com os desempenhos dos estudantes, de interesse especial para os pesquisadores na área de educação, e que pode gerar um mapa do ensino de história tal como ele se apresenta hoje no país.

Notas

ⁱ Em 2010, a Olimpíada de Física realizou-se pela 12^a vez consecutiva para os alunos do Ensino Médio e pela quarta vez para os estudantes da oitava série (atual nono ano) do Ensino Fundamental.

ⁱⁱ Visite em <http://www.mc.unicamp.br/2-olimpiada/fases/index/11>

ⁱⁱⁱ Os 300 professores finalistas receberam, ainda, uma oficina de formação na Unicamp, durante a realização da prova final por parte dos estudantes. Além disso, em 2009 e 2010, foi oferecido, em parceria com o Departamento de História da Unicamp e com auxílio da Azul Linhas Aéreas, um Curso de Capacitação de 42 horas aos professores das equipes mais bem colocadas em cada estado da federação, focando na atualização bibliográfica de docentes que atuam em seu dia-a-dia na educação fundamental e média.

^{iv} Na primeira fase, foram aprovados um mínimo 90% dos participantes; na segunda, terceira e quarta fases, um mínimo de 70% dos participantes; na quinta fase, as equipes realizam uma tarefa corrigida, posteriormente, por seus pares. Ao final de todas as 5 fases, os pontos totais, incluindo a pontuação das tarefas, foram computados e utilizados para selecionar as equipes classificadas para a fase final presencial. Para esta última fase foram classificadas e convocadas 300 equipes. Nos casos de empate de pontos, a organização da Olimpíada aplicou os seguintes critérios de desempate: maior pontuação na fase 5; em seguida, maior pontuação nas tarefas assinaladas; em seguida; menor número de questões deixadas sem resposta; por fim, tratar-se de escola pública.

^v Dentro desses esforços, destaca-se o I Encontro Nacional de História e Ciências Sociais (11 e 12 de dezembro de 2009) ocorrido na Casa da Ciência, Rio de Janeiro, com o apoio Ministério da Ciência e da Tecnologia.